

O Recorrente Édipo

Um Conflito de Interpretações

Maurício Vieira Martins¹

Numa carta a Lou Andreas Salomé, Freud se opunha às tentativas de Lou, dizendo que ele estava interessado numa Scheidung [separação] e não necessariamente numa síntese.
(Célio Garcia)

Introdução

É o cuidadoso Freud quem emerge desta advertência a Lou Andreas: contra o desejo de unificação que movia a amiga, fazendo-a buscar uma síntese articuladora de diferentes momentos do discurso psicanalítico, Freud recomenda a necessária *Scheidung*, separação que preserva a especificidade de cada objeto pesquisado. É também ele que, nas suas Conferências Introdutórias, ao explicar pacientemente para um público de leigos o valor da distinção entre a histeria de ansiedade e a histeria de conversão, enfatiza que tais distinções não são classificações arbitrárias, mas sim tentativas de, pela via de um diagnóstico preciso, visualizar uma linha de ação adequada.

Este esforço analítico de Freud parece encontrar sua justificativa teórica mais elaborada em textos como «A questão de uma *Weltanschauung*», onde é explicitamente rejeitado o entendimento da psicanálise como uma nova *Weltanschauung*, visão de mundo globalizante, que fornece explicações completas para todas as interrogações. Freud adverte que a psicanálise não tem condições e nem interesse em formular explicações deste tipo; diferentemente da religião, ela «[...] não é capaz de abranger tudo, é muito incompleta e não pretende ser auto-suficiente e criar sistemas» (Freud, 1923, p. 220). Enquanto o pensamento religioso —que para Freud mantém analogias com o pensamento infantil²— ruma na direção de uma totalização conceitual, fechamento do mun-

1 Com exceção de sua última parte (que é uma elaboração nova), este texto foi apresentado originalmente como trabalho de conclusão da disciplina «Tópicos de Epistemologia das Ciências Humanas e Sociais», ministrada pela professora Vera Cristina Bueno—a quem agradecemos por seu gentil incentivo— no segundo semestre de 1986.

2 Esta analogia pode ser encontrada em *O Mal-estar na Civilização* (Cap. II, p. 92).

do dentro de um sistema inteligível, poderíamos dizer que a psicanálise, ao contrário, fornece apenas a desconfortável porém madura experiência de incompletude diante do «mundo externo real».

Mas será que Freud sempre seguiu à risca suas próprias recomendações? Será que a psicanálise, à revelia do desejo de seu fundador, não acabou se transformando numa nova *Weltanschauung*, decifração e consolo para as inquietudes do homem? Responder tais questões é tarefa de grande vulto e nem de longe estamos em condições de empreendê-la. Aqui, no presente trabalho, escolheu-se apenas um ponto específico da problemática (que vem sendo objeto de controvérsia no debate filosófico contemporâneo) e procurou-se submetê-lo ao teste do ensinamento do próprio Freud.

O ponto em questão diz respeito à universalidade do complexo de Édipo, te-se defendida pelo fundador da psicanálise já num momento bem inicial de sua obra e sustentada ao longo de sua vida toda. Ele foi escolhido por existir uma reflexão contemporânea expressiva —representada por pensadores do porte de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jean Pierre Vernant— que contesta a maneira como esta universalidade foi formulada. Implicitamente, é como se ao lado daquele minucioso Freud existisse um outro, bem mais afoito, que generaliza as conclusões laboriosamente obtidas em seu consultório para campos muito heterogêneos da atividade humana.

Neste debate entre teóricos de projeção, certamente é muito difícil saber qual a formulação mais adequada, se a do pai da psicanálise ou a dos pensadores mais recentes. Aliás, parece mesmo que à filosofia já não interessa tanto emitir um veredicto sobre os objetos com os quais ela lida. Mais proveitoso é acompanhar o debate, trabalhando as diferentes proposições aí envolvidas, numa tentativa de nos avizinharmos melhor do tema em questão.

I

Quando Freud formula o conceito de complexo de Édipo, ele se refere a uma constelação de sentimentos amorosos e hostis que a criança experimenta em relação a seus progenitores. Embora não pretendamos aqui expor a teorização freudiana sobre o conceito (pois nosso interesse está mais voltado para o debate posterior), cabe registrar apenas que a chamada forma positiva do complexo se caracteriza, do ponto de vista da criança do sexo masculino, pela predominância de uma relação amorosa com a mãe e por uma forte hostilidade com relação ao pai. Ainda que, na verdade, esta seja uma caracterização muito simplificada do conceito³ (que é bem mais diferenciado do que isso), ela retém alguns elementos que podem nos auxiliar posteriormente. Freud afirmou a existência

3 Para uma caracterização mais rigorosa do conceito, pode-se recorrer ao terceiro capítulo de *O Ego e o Id*, onde Freud o analisa em suas diferenciações internas, fazendo referências ao «elemento complicador introduzido pela bissexualidade». Não detalhamos este ponto porque, como se verá adiante, ele realmente não altera a argumentação a ser desenvolvida.

do complexo de Édipo tomando como base sua vasta experiência clínica, pois através dos diversos pacientes que o procuravam em seu consultório, foi possível observar a recorrência desta constelação de antigos sentimentos infantis. Sentimentos que, apesar de fortemente recalçados ao longo da vida psíquica posterior, continuariam a produzir seus efeitos patológicos, particularmente no caso dos indivíduos neuróticos.

Sabe-se também que a expressão **complexo de Édipo** foi escolhida numa referência explícita à tragédia de Sófocles, *Oidípous Tyrannos* (**Édipo-Rei**, na tradução usual), que relata as desditas de seu personagem principal, o qual, não conseguindo fugir às profecias do oráculo, acaba matando seu pai Laio e desposando sua mãe Jocasta. Se nos comovemos ainda hoje ao assistir à tragédia de Sófocles, diz Freud, é porque ela relata nossos próprios desejos inconscientes infantis; ao vermos Édipo, estaríamos vendo também nossa própria face oculta, daí o forte impacto da peça.

Sendo assim, é a um fenômeno psíquico **universal** que Freud se refere; seja na Grécia antiga, seja no século XX, os seres humanos experimentaríamos estes sentimentos com relação a seus progenitores. Esta descoberta da psicanálise é, pois,

confirmada por uma lenda da antiguidade clássica que chegou até nós: uma lenda cujo poder profundo e **universal** de comover somente pode ser compreendido se a hipótese que apresentei no tocante à psicologia das crianças tiver validade igualmente **universal** (Freud: 1900, p. 277, grifos nossos).

É exatamente este ponto que iremos discutir a partir de agora: seria a universalidade do chamado **complexo de Édipo** atestada de fato pelo conteúdo da tragédia de Sófocles? Para debater esta questão, foram utilizados textos de dois autores contemporâneos, Michel Foucault e Jean Pierre Vernant, que procedem a uma releitura da referida tragédia tentando compreender o porquê de seu impacto no público de então.

II

Jean Pierre Vernant, helenista francês conhecido por seus trabalhos sobre mito e pensamento entre os gregos, traz ao debate a questão do método utilizado por Freud para buscar no texto de Sófocles a presumível confirmação de suas observações clínicas. O que Vernant se pergunta é se uma tragédia da Grécia antiga, produzida no século V a.C., e dirigida ao público ateniense de então, pode ser legitimamente utilizada para confirmar as hipóteses de um psicanalista da Viena do início do século XX. E a resposta a que Vernant chega é não: a tragédia grega é um gênero literário muito determinado; surge num momento histórico preciso (final do século VI a.C.) e desaparece menos de cem anos depois. Ela responde a condições sociais específicas —que se condensaram na Grécia daquela época, pois convém lembrar que muitas outras civilizações simplesmente desconheciam o gênero trágico— condições que devem ser previamente analisadas para que se possa chegar ao sentido propriamente trágico presente na obra quando de sua feitura. É preciso notar que este sentido pode ser, inclusive, bem diferente daquele que chega até nós, homens do século XX; e é esta decalagem que uma boa análise deve reter.

Destarte, para que a hipótese freudiana fosse correta, seria preciso que

[...] em lugar de apresentar-se no início como uma interpretação evidente e natural, aparecesse ao termo de um trabalho minucioso de análise, como uma exigência imposta pela obra, uma condição de inteligibilidade de sua organização dramática, o instrumento de uma completa decifração do texto (Vernant: 1977, p. 64).

Este trabalho minucioso de análise não teria sido feito, daí o perigo de, com os óculos do século XX, projetar-se sobre a obra um sentido contemporâneo, que a despoja de sua singularidade. Em termos práticos a «edipianização» existente no texto seria em substância diferente da levada pelos pacientes de Freud a seu consultório.

Antes de aprofundarmo-nos nas distorções que, segundo Vernant, este procedimento metodológico acarreta, torna-se necessário, pela própria linha de abordagem que está sendo exposta, fazer uma breve exposição sobre as condições sociais responsáveis pelo surgimento da tragédia.

III

O gênero trágico surge, como já foi dito, no século VI a.C. e é correlato ao período de transição entre a Grécia arcaica e a Grécia clássica. A vida social da primeira estava marcada pelo predomínio absoluto das linhagens nobres, que concentravam em suas mãos o poder econômico e político; era uma dominação autoritária, que recorria com frequência à coerção física e à violência. Este foi o tempo dos grandes heróis, simultaneamente bravos e descomedidos no uso de seu poder, conforme pode ser atestado pelas narrações lendárias e pelas epopéias. Foi também o tempo de uma tradição religiosa tão forte que impregnava praticamente todos os atos humanos; o poder era exercido em nome dos deuses que, para os gregos de então, faziam-se presentes no cotidiano desenrolar da vida social.

Já na Grécia clássica, que atinge seu apogeu no século IV a.C., vemos florescer em Atenas o ideal da *pólis* e os valores cívicos que lhe são correlatos: a democracia, o culto à moderação e à autoridade legítima. Agora, os planos do humano e do divino já não se confundem inteiramente: o homem começa a ser visto (ainda que de maneira embrionária) como o responsável por seus atos. É neste quadro que surge o direito grego, um conjunto de normas reguladoras das relações entre os homens, o que vem reiterar a passagem de uma autoridade baseada na coação para uma outra que se pretende legítima porque fundada na lei, no consenso entre os cidadãos.

A tragédia, enquanto manifestação artística, marca exatamente esta transição; nela estão presentes as tensões e ambigüidades existentes entre os diferentes conjuntos de valores que agora se opõem. Os novos valores (que prestigiam a comunidade cívica e a possibilidade de uma ação baseada na livre escolha) se difundem pelas práticas sociais, mas a mentalidade arcaica ainda está poderosamente arraigada, a ponto de gerar o conflito trágico, conflito entre duas épocas que, naquele momento, parecia insolúvel.

Tanto para Vernant quanto para Foucault, seria este o âmbito em que se situa

a tragédia de Sófocles, *Édipo-Rei*. A peça trata das transformações por que passa o poder político, seu próprio nome já indica isso: *Oidípous Tyrannos* (Édipo Tirano). Devemos lembrar que o sentido de **tirano** para os gregos não é exatamente o que nós temos da palavra. Ela não tem um sentido meramente negativo, pois designa também uma forma de exercício do poder político que se difundiu em várias cidades dos séculos VII e VI a.C.. Sendo assim, Foucault salienta que a peça de Sófocles não fala apenas do indivíduo Édipo, talvez mais do que tudo ela debata a figura do tirano, nem tanto como indivíduo, mas como instituição:

É preciso, portanto, reconhecer em Édipo um personagem histórico bem definido, assinalado, catalogado, caracterizado pelo pensamento grego do século V: o tirano (Foucault: 1974, p. 36).

A tirania se caracteriza por um enorme acúmulo de autoridade e coação, e o tirano Édipo não foge a esta regra: temeroso que as revelações que gradativamente surgem no desenrolar da peça possam ameaçar seu poder, ele ameaça o cunhado com o desterro, ainda que este último afirme que isto não seria legal. Creonte (o cunhado) lhe diz então: «Também eu posso convocar a cidade: ela não é tua, exclusivamente!» (Sófocles, p. 103). São razões como estas que levam Foucault a afirmar que a peça gira em torno de uma competição pelo poder, os personagens não se situando inteiramente no plano de indivíduos, mas de forças sociais em choque.

Neste processo, o novo pensamento jurídico tem um papel fundamental a desempenhar. A estrutura da peça é toda montada como se ocorresse num tribunal, onde diferentes versões de um fato são confrontadas até que se chegue a um julgamento final:

[...] a verdadeira matéria da tragédia é o pensamento social próprio da cidade, especialmente o pensamento jurídico em pleno trabalho de elaboração. A presença de um vocabulário técnico de direito na obra dos trágicos sublinha as afinidades entre os temas prediletos da tragédia e certos casos sujeitos à competência dos tribunais, tribunais estes cuja instituição é bastante recente para que seja ainda profundamente sentida a novidade dos valores que comandaram sua fundação e regulam seu funcionamento (Vernant: 1977, p. 13).

Pois enquanto na Grécia arcaica a busca da verdade era obtida mediante um juramento em que se comprometiam as partes em litígio (procedimento mediante o qual se transpunha a decisão final para os deuses), já na Grécia clássica a verdade passa a ser estabelecida pelo direito, que recorre a uma nova figura, a da **testemunha**, que presenciou os fatos e pode dar uma contribuição para reconstruir o que se passou. Como ressalta Foucault (1974, p. III), Édipo funciona também como um magistrado na peça: ele convoca dois antigos escravos para tentar reconstruir o seu passado. Ora, isto é uma verdadeira acareação, em que Édipo visa descobrir a verdade, sem saber que ao fazê-lo estava também decretando o seu próprio fim, seu destronamento enquanto tirano.

Neste contexto, a peça surge como uma história dramatizada do **esfacelamento do poder político**. Édipo, o todo-poderoso, o que tudo sabia (ele foi o único a decifrar o enigma da Esfinge), acaba se revelando como ignorante de sua própria origem e perdendo o trono de Tebas. Ele sucumbe diante dos novos valores

este respeito, é muito elucidativa uma fala do coro (composto por um colégio de cidadãos atenienses), que afirma: «O orgulho é que produz o tirano; e quando tiver em vão acumulado excessos e imprudências, precipitar-se-á do fastígio de seu poder num abismo de males, de onde não mais poderá sair!» (Sófocles, *s/data*, p. 114).

IV

Posto isso, já estamos em melhores condições de entender o porquê da crítica à abordagem de Freud: é que ela faz abstração de todo este contexto explicativo que só pode ser retido mediante uma análise histórica, que restituía à tragédia a significação que ela possuía em sua época. Agora podemos retomar alguns pontos específicos da peça, que se referem mais diretamente às questões levantadas por Freud quanto à existência de um complexo de Édipo no seu protagonista. Pontos que, no entender de Vernant, encaminham a análise para uma outra direção, diferente da seguida por Freud. Resumiremos aqui parte da argumentação do primeiro:

1. Vimos anteriormente que o conceito de complexo de Édipo se refere a uma constelação de sentimentos ambivalentes que a criança experimenta em relação aos genitores, com um predomínio do amor pelo genitor do sexo oposto e ódio pelo genitor do mesmo sexo. Ora, para Vernant, a adequação do conceito à personalidade de Édipo é bastante discutível pois, do ponto de vista do personagem, seus verdadeiros pais são Mérope e Pólipo (seus pais adotivos) e não Laio e Jocasta. Em outras palavras, Édipo não sabe que é um filho adotivo: ele mata Laio sem saber que este era seu pai e desposa Jocasta sem tampouco saber que ela era sua mãe.

2. Para que Édipo de fato possuísse seu «complexo», seria necessário que o texto indicasse a existência de sentimentos incestuosos em relação à Mérope e de ódio em relação a Pólipo (pessoas a quem Édipo toma efetivamente como genitores, crença que só se modificará ao final da peça). O problema é que a leitura da tragédia não fornece nenhuma indicação nesse sentido.

3. Como já foi dito, Édipo desposa Jocasta sem saber que ela era sua mãe. Mais do que isso: esta união não é fruto de uma escolha pessoal, de um desejo; ela é antes, uma condição para que ele possa ocupar o trono de Tebas (pois quem decifrasse o enigma da Esfinge seria o rei de Tebas, tendo que, para isso, desposar a viúva do antigo rei; foi o que ocorreu a Édipo). Para Édipo, Jocasta é antes de tudo uma estrangeira que ele nunca havia visto antes. E é preciso notar que ele foi entregue a um pastor logo que nasceu, não podendo guardar nenhuma recordação, mesmo de infância, de Jocasta.

4. Não haveria também nenhuma indicação de um tipo de relacionamento **maternal** de Jocasta com referência a Édipo. Isso, inclusive, contrariaria uma das intenções da peça, que é mostrar o caráter todo-poderoso de Édipo, dono de forte personalidade (e não o «protegido» de uma mulher).

5. Édipo mata Laio num episódio acidental, sem saber que ele era seu pai. A peça não dá nenhuma indicação de um sentimento anterior de rivalidade que resultasse neste desfecho. Tal sentimento sequer poderia existir porque Édipo não conhecia Laio, já que fora entregue, recém-nascido, nas mãos de um pastor.

sultasse neste desfecho. Tal sentimento sequer poderia existir porque Édipo não conhecia Laio, já que fora entregue, recém-nascido, nas mãos de um pastor.

6. Para os gregos, os sonhos de união com a mãe tem um sentido bem diferente do que para nós: «[...] o sonho de união com a mãe —isto é, com a terra que tudo engendra, para onde tudo retorna— significa ora a morte, ora a tomada de posse do solo, a conquista do poder» (Vernant: 1977, p. 86). Entender a tragédia como uma produção que traduzisse o conflito interior advindo de um sonho desse tipo —procedimento de Freud— não daria conta do caráter específico do significado do sonho entre os gregos. Isso porque, naquela época, não haveria nesta produção onírica um conteúdo culposo, ou propriamente «edípico», que necessitasse ser ocultado de todos. Quando a um general grego ocorria um sonho desses, ele poderia, inclusive, tomá-lo como um bom sinal, um sinal de vitória na batalha. É por isso que, do ponto de vista de um helenista, quando se iguala esta reação com aquela ocorrida em nossos dias (culposa) se estaria perdendo as substantivas diferenças existentes entre elas.

V

Esta referência à perda das diferenças parece ser a razão pela qual as releituras mais atuais da tragédia de Sófocles reivindicam um potencial explicativo mais alto. Pois sabe-se hoje como é insistentemente reiterada pela filosofia contemporânea a importância da noção de diferença, insistência que vem acompanhada de uma preocupação sobre como preservar tal noção. As questões que Foucault e Vernant levantam vêm na esteira desta preocupação: é como se eles estivessem afirmando —e em alguns momentos chegam mesmo a fazê-lo— que a abordagem de Freud não preserva o caráter distintivo de um determinado objeto, pois ele é equalizado a outros objetos supostamente análogos. Assim teríamos um paradigma universal operando —no caso, o modelo estrutural do complexo de Édipo— que seria exemplificado por casos históricos particulares (a tragédia de Sófocles sendo entendida como caso exemplar desta recorrência).

A crítica dos helenistas contemporâneos —em que pese o fato de esta qualificação não se aplicar com propriedade a Foucault, cuja atenção se voltou para esta área do saber tendo em vista preocupações diferentes e, talvez, mais abrangentes que as de Vernant— se situa exatamente aí: eles enxergam nas operações efetivadas por Freud um esvaziamento do valor de cada objeto, que passa a ser tomado apenas como a ilustração de uma lei geral já previamente formulada.

Embora estes autores não se refiram ao debate freudiano acerca da questão de uma *Weltanschauung* (debate que foi por nós citado no início deste trabalho), parece lícito concluir que, a ser correta a crítica por eles endereçada à psicanálise, de fato Freud teria contribuído para a produção de uma nova *Weltanschauung*, visão de mundo abrangente que fagocita os novos fenômenos em seu arcabouço conceitual.

Contudo, percorrido este trajeto, permitimo-nos fazer aqui algumas brevíssimas observações que nos ocorreram a propósito da polêmica exposta. Trata-se

do seguinte: lida a tragédia de Sófocles, lida a interpretação de Freud sobre a tragédia e lidas, finalmente, as críticas de Vernant e Foucault sobre esta interpretação, a impressão que se tem é que a hipótese freudiana consegue deixar pelo menos um resíduo que, a nosso ver, não foi devidamente contemplado por seus críticos. Referimo-nos ao fato de que se, por um lado, é extremamente criteriosa a reconstrução empreendida pela pesquisa histórica (já que ela faz o texto de Sófocles se inflar nos seus significados singulares), por outro lado, não deixa de ser verdade que, no interior desse novo continente teórico formulado, permanece uma «recalcitrante» estrutura triangular: Édipo, Laio e Jocasta. E, se aceitamos que os fatos de uma obra literária não são gratuitos (eles respondem a injunções que se situam neste entrelaçado de uma criação que é simultaneamente individual e social), fica difícil deixar de pensar porque exatamente esta estrutura comparece no texto.

Clarificando: entendemos que para que as análises de Foucault e Vernant pudessem ser consideradas efetivamente probantes —no sentido de demonstrar que havia erro inequívoco na abordagem freudiana— seria preciso que elas dialogassem, pelo menos em algum momento, com os próprios conceitos formulados por Freud. E até onde conhecemos o trabalho daqueles autores isso não foi feito. O que foi feito foi o balizamento de uma teorização paralela sobre a tragédia grega; arguta teorização, que ilumina laboriosamente alguns outros níveis da obra que o tempo tornou subterrâneos. Mas não nos parece que foi atacado mais substancialmente o ponto nevrálgico da hipótese freudiana que diz respeito à existência de desejos inconscientes, marcados por uma profunda ambivalência, que são experimentados pelo filho com relação a seus progenitores. Quando Vernant argumenta que Édipo não podia ter desejos hostis com relação a seu pai e nem tampouco desejos amorosos com relação a sua mãe, pelo simples fato de não conhecê-los, ele (Vernant) está usando, por assim dizer, um argumento pré-psicanalítico; pois é característica da emergência da psicanálise como saber produzir certos conceitos específicos (como os de mecanismo de defesa, lembrança acobertadora, censura, etc.) que podem decodificar certas «ignorâncias» —como a de Édipo com relação a seus pais— enquanto momentos necessários dos meandros de um princípio explicativo mais geral: a produção desejante e suas vicissitudes. Esta decodificação que a psicanálise opera é básica e, sem dúvida alguma, muito ambiciosa⁴. Para se demonstrar que ela é equivocada, possivelmente seria preferível trabalhar no campo litigioso dos conceitos da psicanálise e, aí sim, opinar sobre uma possível extensão abusiva do seu alcance.

4 Deleuze e Guattari bem perceberam a radicalidade desta decodificação: «A interpretação psicanalítica não consiste em rivalizar o código, em acrescentar um código aos códigos já conhecidos, mas em decodificar de maneira absoluta... Aparece então que o interesse da psicanálise pelo mito (ou a tragédia) é um interesse essencialmente crítico, porque a especificidade do mito, objetivamente compreendido, deve derreter-se ao sol subjetivo da libido: é realmente o mundo da representação que desmorona, ou tende a desmoronar» (1976, p. 382). Uma leitura atenta do *Anti-Édipo* evidencia que seus autores positivam esta operação da psicanálise: a «desterritorialização» é sempre vista como um ganho teórico (posição diferente, portanto, da de Vernant). O que eles atacam com vigor e ao longo de todo o texto é o movimento simultâneo realizado pelo discurso psicanalítico: a sistemática «re-territorialização», a ligação do fluxo recém-liberado num sistema de representações subjetivas (o sonho, o fantasma, e, afinal, o próprio complexo). (Cf. especialmente pp. 379-391.)

Tudo isso leva a crer que se perde alguma coisa quando simplesmente se escolhe entre uma ou outra interpretação da tragédia clássica. Se é verdade que nenhuma leitura é definitiva, que nenhum sujeito consegue agarrar a suposta essência de uma obra (até porque esta essência não existe *per se*, ela necessita sempre de um novo leitor, que a veja com novos olhos), seriam talvez apressadas, então, as razões para uma escolha definitiva entre Freud, Foucault ou Vernant: melhor é fazer teorias opostas se comunicarem.

Bibliografia

- Deleuze, Gilles e Guattari, Félix, *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.
- Foucault, Michel, «A Verdade e as Formas Jurídicas», em *Cadernos da PUC/RJ*, n. 16, Rio de Janeiro, 1974.
- Freud, Sigmund, «A Questão de uma *Weltanschauung*», em *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1933), vol. XXII da Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.
- A Interpretação dos Sonhos* (parte I) (1900), vol. IV, *idem*.
- O Mal-Estar na Civilização* (1930), vol. XXI, *idem*.
- O Ego e o Id* (1923), vol. XIX, *idem*.
- Garcia, Célio, «Psicanálise e Política», em *Simpósio Psicanálise e Política* (Conferências realizadas na PUC/RJ em outubro de 1980), Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1981.
- Sófocles, *Rei Édipo*, Rio de Janeiro, Edições de Ouro.
- Vernant, J.P. e Vidal-Naquet, Pierre, *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.